

## Claiton Marcio da Silva

Professor da UFFS

### *Onde está o “pessoal dos direitos humanos”?*

Pobre do país em que um filme do calibre de “Tropa de Elite” sirva como principal referência sobre os direitos humanos para uma grande parcela da população. “Onde está o ‘pessoal dos direitos humanos’?”, perguntam-se os críticos, frequentemente, diante de uma notícia de jornal. “Protegem os bandidos que matam cidadãos honestos”; “onde estava o ‘pessoal dos direitos humanos’ para proteger o cidadão de bem?”. Inúmeros são os questionamentos, sabemos. Historicamente, o processo de condução política das elites brasileiras colocaram em oposição a questão da defesa dos direitos humanos e a sociedade civil em geral. É como se apenas um grupo tivesse esta incumbência no país todo, e aos demais, bastaria uma postura ao estilo Pôncio Pilatos: “isto não é da minha alçada”. O estereótipo do defensor dos direitos humanos abordado no filme citado não contribui em nada: um professor de história – Diogo Fraga, interpretado pelo ator Irandhir Santos – que se torna deputado estadual e marido justamente de Rosane, antes esposa do Capitão Nascimento, têm uma personalidade contraditória e é praticante de um ativismo “vazio” em relação aos Direitos Humanos. Em outras palavras, o estereótipo de Fraga auxilia na negação da população em geral como defensora dos direitos humanos. Na semana passada, no dia 20/03, uma parceria entre a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, a Universidade

Federal da Fronteira Sul e diversas entidades inauguraram em Chapecó o Centro de Referência em Direitos Humanos (CRDH). E muitas expectativas cercaram a criação deste CRDH na região oeste de Santa Catarina, uma região marcada pela violação dos direitos humanos por parte do estado. Dentre tantas interpretações, tantas necessidades e tantas perspectivas que podem orientar a atuação do CRDH, a tônica fornecida pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos para 2014 sugere que passemos a acentuar o debate em torno dos cinquenta anos da Ditadura Militar no Brasil. A orientação é acertada, uma vez que se a ditadura não é a raiz de todos os problemas brasileiros, tal momento nefasto da história política ainda seduz novas gerações. A militarização do estado brasileiro produziu, sob o contexto da Guerra Fria, um enfrentamento constante onde todos aqueles que não estivessem alinhados com a corrente de pensamento preponderante dentro do Estado – ordem, disciplina, hierarquia – estavam sujeitos a algum tipo de repressão. Ao longo dos vinte e um anos de assalto por parte dos militares ao estado brasileiro (1964-1985), a “caça aos comunistas” legitimou um longo processo coercitivo não só aos simpatizantes de diferentes doutrinas políticas; favoreceu também a repressão de ordem moral, social, cultural. De “perseguidores de comunistas”, ou sob essa alegação, o estado brasileiro criou um aparato repressivo a todo o tipo de

diferença, relegando à margem grande parte da população brasileira e à ela destinando os porões, à tortura ou a violência na luz do dia. Durante a transição do regime autoritário para a Nova República (1985), as elites políticas e econômicas dirigentes procuraram assentar os conflitos entre militares e sociedade civil, assim como buscaram ocultar as práticas de violência durante a ditadura. Com isto, quase trinta anos depois, amargamos resquícios daquele período, como o atual aparato repressivo militar no Brasil, campeão nas estatísticas de violação dos direitos humanos. Também, a podemos evidenciar a herança de uma determinada ideia de que, se o cidadão comum não se envolver com política ou qualquer atividade “subversiva”, o aparelho repressivo o deixará em paz. O que não é verdade. O aparato repressivo da ditadura militar não foi desmobilizado, e a única linguagem que conhece, é o exercício da violência. Em resumo, para sermos defensores dos direitos humanos, não precisamos ser o estereótipo abordado no filme Tropa de Elite 2: ao debater ditadura e violação dos direitos humanos, o maior ganho de um Centro de Referência é demonstrar para a sociedade em geral que todo cidadão é um defensor dos direitos humanos. E sempre que alguém perguntar “onde está o pessoal dos direitos humanos?”, não hesitaremos em responder: “aqui está o pessoal dos direitos humanos.”